

SEGURADORA INDÚSTRIA E
COMÉRCIO S. A.

*Ata da Assembléia Geral Extraordi-
nária, realizada a 22 de outubro de
1962.*

(Extraída das fôlhas 80 (verso) à 85
do Livro de Atas da Sociedade)

As dez horas do dia vinte e dois do
mês de outubro do ano de mil nove-
centos e sessenta e dois, na sede so-
cial a Avenida Guararapes, nº 50 —
(Edifício Seguradora) 7º andar, des-
ta cidade do Recife, capital do Estado
de Pernambuco, reuniram-se, em pri-
meira convocação de Assembléia Ge-
ral Extraordinária, os acionistas cujos
nomes constam do livro de presen-
ça, representando mais de dois terços
do capital social. Aclamado Presiden-
te o Sr. João Pessoa de Queiroz, Di-
retor Presidente da Companhia, agra-
deceu a Assembléia e, verificando ha-
ver número legal, convidou os Senho-
res Agadir Jose Bastos de Farias e
Ernesto Odenheimer, respectivamente
para primeiro e segundo secretários,
após o que declarou instalada a As-
sembléia, especialmente convocada
para deliberar sobre a Proposta da
Diretoria, com parecer favorável do
Conselho Fiscal, cujos objetivos es-
tão expressos nos Editais de convoca-
ção regularmente publicados no *Diá-
rio Oficial* do Estado de Pernambuco
dos dias treze, quatorze e dezesseis de
outubro corrente e no *Jornal do Co-
mércio* dos dias doze, treze e quator-
ze do mesmo mês que o Sr. Presiden-
te mandou lêr e se acham assim redi-
gidos: "Seguradora Indústria e Co-
mércio S. A. — Assembléia Geral Ex-
traordinária — 1ª Convocação — Fi-
cam convidados os Senhores Acionis-
tas para uma reunião de Assembléia
Geral Extraordinária que se realizará
no próximo dia 22, às dez horas, na
sede social à Avenida Guararapes,
nº 50, 7º andar, nesta cidade, para
deliberarem sobre a proposta da Di-
retoria, com parecer favorável do Con-
selho Fiscal, referente ao aumento de
capital, criação de um novo cargo de
diretor e respectiva eleição, bem como
a conseqüente reforma dos Estatutos
Sociais. Recife, 12 de outubro de 1962
as) João Fonseca de Queiroz — Di-
retor Presidente, Gustavo Dias Lins
— Diretor Secretário e Arthur Orlan-
do de Andrade Bezerra — Diretor Ge-
rente". Em seguida determinou o Se-
nhor Presidente que fôsssem examina-
dos pelos Senhores Acionistas a "Pro-
posta da Diretoria", o projeto dos es-
tatutos a serem adotados e o pare-
cer do Conselho Fiscal documentos
esses que se achavam sobre a mesa
e foram lidos por mim, primeiro Se-
cretário, e aqui transcritos como se-
gue: "Proposta da Diretoria da Se-
guradora Indústria e Comércio S. A.,
apresentada à Assembléia Geral Ex-
traordinária — Senhores Acionistas:
Considerando o constante desenvolvi-
mento dos negócios da Companhia
julga esta diretoria de indispensável
conveniência a realização das altera-
ções que passa a expor, para uma me-
lhor amplitude das atividades admi-
nistrativas: a) Aumento do Capita-
Social de Cr\$ 20 000 000,00 para
Cr\$ 40 000.000,00, constituindo-se esse
aumento com a incorporação de
Cr\$ 1.500.000,00 da Reserva Suple-
mentar que, pelo Balanço encerrado
em 31 de dezembro último eleva-se a
Cr\$ 19 888.742 60, mais
Cr\$ 18 500.000,00 proveniente da rea-
valiação de parte do seu Patrimônio
Social, ou seja, de apenas a sua co-
participação no Edifício Seguradora
situado à Avenida Guararapes, nº 50 nes-
ta cidade do Recife, aproveitando-se
(00) assim a facilidade instituída pelo Ar

tigo 57 da Lei nº 3.470, de 28 de novembro de 1958, de que trata a Ordem de Serviço nº 10 de 13 de março de 1961 da Divisão do Imposto de Renda e os coeficientes determinados pelo Conselho Nacional de Economia para o biênio de 1961/1962, de acordo com o quadro demonstrativo, em separado. A fim de que a distribuição do aumento do capital pelos Senhores Acionistas seja perfeitamente equitativa, passará o valor nominal de cada ação de Cr\$ 4.000,00 para Cr\$ 8.000,00, permanecendo o seu total em 5.000 (cinco mil); b) elevação de número de Diretores para quatro, criando-se o cargo de Diretor Superintendente, para maior eficiência da administração dos negócios da Companhia, Uniformizando as futuras eleições da Diretoria, sugerimos que o novo Diretor seja inicialmente eleito pelo período a decorrer até o término dos mandatos dos atuais Diretores; c) considerando as alterações ora propostas, assim como a necessidade de coordenar as disposições estatutárias com a prática administrativa, submetemos à aprovação da Assembleia o projeto dos novos estatutos que passarão a figurar com a seguinte redação: "Estatutos Sociais da Seguradora Indústria e Comércio S. A. Capítulo I — Denominação, sede, objeto e duração — Artigo Primeiro — A Seguradora Indústria e Comércio S. A., constituída sob a forma de sociedade anônima e autorizada a funcionar pelo Decreto nº 382 de 16 de outubro de 1935, reger-se-á pelos presentes Estatutos e pela legislação vigente. Artigo Segundo — A Seguradora Indústria e Comércio S. A., tem sede na cidade do Recife, podendo criar agências, sucursais e filiais em qualquer localidade, do país. Artigo Terceiro — A Companhia tem por objetivo a exploração das operações de seguros e resseguros de Acidentes do Trabalho e dos ramos elementares, isto é, dos que tenham por fim garantir perdas e danos ou responsabilidades provenientes de fogo, transporte, acidentes pessoais e outros eventos que possam afetar pessoas ou coisas. Artigo Quarto — O prazo de duração fica prorrogado por mais trinta anos, a contar de 16 de outubro de 1965, data em que findará o período inicial de funcionamento, e expirará a 16 de outubro de 1995, podendo o referido prazo ser dilatado ou restringido, por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas, devidamente aprovada pelo Governo. Capítulo II — Capital — Artigo Quinto — O Capital Social é de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), totalmente realizado e dividido em 5.000 (cinco mil) ações comuns, nominativas, do valor nominal de Cr\$ 8.000,00 (oito mil cruzeiros) cada uma, destinando-se Cr\$ 1.000.000,00 (hum milhão de cruzeiros) às operações de seguros contra riscos de Acidentes do Trabalho e Cr\$ 39.000.000,00 (trinta e nove milhões de cruzeiros) às operações de seguros dos ramos elementares. Artigo Sexto — No caso de aumento do capital social, terão preferência para a subscrição, na proporção das ações que possuírem, os acionistas que reunirem os requisitos exigidos por lei. Capítulo III — Diretoria — Artigo Sétimo — A Diretoria é composta de quatro membros, residentes no país, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Superintendente, um Diretor Gerente e um Diretor Secretário, eleitos pela Assembleia Geral, entre os Acionistas, pelo prazo de três anos, podendo ser reeleitos. Artigo Oitavo — Como garantia de sua responsabilidade, cada diretor, efetivo ou provisório, cautionará 30 (trinta) ações da sociedade, não podendo levantar a caução antes de deixar o cargo e de aprovadas as suas contas pela assembleia geral. Artigo Nono — Além das percentagens que, tiverem lugar, nos termos do item "d", do Artigo 26º, perceberá a Diretoria mensalmente

uma remuneração global de até 20 vezes o maior salário mínimo vigente no país. Parágrafo único — A Diretoria em reunião conjunta, determinará os honorários de cada diretor, respeitado o limite máximo previsto neste artigo. Artigo Décimo — Compete à Diretoria: a) praticar todos os atos da administração da sociedade; b) resolver sobre a aplicação dos fundos sociais, transigir, renunciar direitos, contrair obrigações, adquirir, vender, emprestar ou alienar bens, observadas as restrições legais; c) convocar as assembleias gerais; d) organizar, anualmente, o relatório, Balanço e contas da sociedade, submetendo-os à consideração das Assembleias Gerais, depois de ouvido o Conselho Fiscal. Parágrafo Primeiro — Os documentos relativos aos atos e atribuições da Diretoria que importem em obrigações para a Sociedade, serão assinados por dois diretores, ou por um deles, conjuntamente com um procurador, enquanto que cheques, recebimento ou expedição de ordens bancárias, apólices, endossos, recibos, instrumentos de nomeação e demissão de agentes e empregados, poderão ser assinados por dois procuradores ou apenas por um mandatário legal e expressamente autorizado, sendo que a outorga de procurações cabe exclusivamente a dois diretores. Parágrafo Segundo — A representação da Companhia perante as repartições fiscalizadoras de suas operações, bem como em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, caberá a qualquer dos diretores. Artigo Décimo Primeiro — Ao Diretor Presidente, compete: a) convocar e presidir as reuniões da diretoria; b) instalar as Assembleias gerais ordinárias e extraordinárias, de acordo com as prescrições legais; c) executar, dentro de suas atribuições, os presentes estatutos, bem como as deliberações da Diretoria e das assembleias gerais. Artigo Décimo Segundo — Ao Diretor Superintendente, compete: a) nomear e demitir funcionários, representantes e agentes, fixando-lhes os vencimentos, gratificações e condições de trabalho; b) superintender os negócios e operações gerais da sociedade; c) assinar, juntamente com qualquer outro Diretor, as ações da companhia. Artigo Décimo Terceiro — Ao Diretor Gerente, compete: a) dirigir os serviços de contabilidade; b) ordenar o pagamento dos compromissos e despesas da companhia; c) ter sob sua guarda e responsabilidade os arquivos, numerário, valores e títulos da companhia; d) nomear e demitir funcionários, representantes e agentes, fixando-lhes os vencimentos, gratificações e condições de trabalho. Artigo Décimo Quarto — Ao Diretor Secretário, compete: a) auxiliar e cooperar com os outros Diretores para a boa marcha dos negócios sociais; b) desempenhar as atribuições de qualquer dos diretores em seus impedimentos e ausências. Artigo Décimo Quinto — No caso de vaga do cargo de diretor, os restantes nomearão um substituto que servirá até a primeira Assembleia Geral à qual caberá deliberar sobre o provimento efetivo, até a terminação do mandato do substituído. Parágrafo único — No caso de impedimento de qualquer diretor por mais de trinta (30) dias, os restantes escolherão o substituto provisório. Capítulo IV — Conselho Fiscal — Artigo Décimo Sexto — O Conselho Fiscal é composto de três (3) membros efetivos e de igual número de suplentes, todos residentes no país e eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, entre os Acionistas, com observância das prescrições legais, sendo permitida a reeleição. Parágrafo único — Os membros efetivos do Conselho Fiscal, perceberão a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral que os eleger. Artigo Décimo Sétimo — Os suplentes substituirão os membros efetivos do Conselho Fiscal, por ordem de votação e, no caso de igualdade desta,

o desempate será, sucessivamente, pela posse de maior número de ações e pela idade mais elevada, salvo no caso de membro efetivo eleito pela minoria dissidente, o qual será substituído pelo respectivo suplente. Capítulo V — Assembleia Geral — Artigo Décimo Oitavo — A Assembleia Geral Ordinária reunir-se-á anualmente até o dia 31 de março, sob a presidência do acionista que for por ela indicado. Parágrafo único — O Presidente da Assembleia convocará dois dos acionistas presentes para secretários da mesa, distribuindo os trabalhos entre eles. Artigo Décimo Nono — As Assembleias Gerais Extraordinárias se reunirão todas as vezes que forem legais e regularmente convocadas, constituindo-se a mesa pela forma prescrita no artigo anterior. Artigo Vigésimo — Os anúncios de primeira convocação das assembleias serão publicados pelo menos três vezes no jornal oficial da sede da companhia, e em outro de grande circulação também da sede, com a antecedência mínima de dez dias para as reuniões das assembleias ordinárias e extraordinárias. Parágrafo único — As demais convocações da Assembleia Geral se processarão pela forma prevista neste artigo, com a antecedência de sete dias. Artigo Vigésimo Primeiro — Uma vez convocada a Assembleia Geral, ficam suspensas as transferências de ações que seja realizada a assembleia ou fique sem efeito a convocação. Artigo Vigésimo Segundo — As deliberações das assembleias serão sempre tomadas por maioria absoluta de votos. Parágrafo único — A cada ação corresponde um voto. Artigo Vigésimo Terceiro — Verificando-se o caso de existência de ações como objeto de comunhão, o exercício dos direitos a elas referentes caberá a quem os detém. Os acionistas poderão fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral por mandatários que sejam acionistas e não pertençam a órgãos de administração ou do Conselho Fiscal. Artigo Vigésimo Quarto — Para que possam comparecer às Assembleias Gerais, os representantes legais e os procuradores constituídos farão entrega dos respectivos documentos comprobatórios na sede da companhia até a véspera das reuniões. Capítulo VI — Lucros — Artigo Vigésimo Sexto — Os lucros líquidos que se verificarem anualmente, depois de deduzidas as reservas exigidas pela legislação de seguros, serão distribuídos pela seguinte forma: a) 5% (cinco por cento) para constituição do fundo de Reserva Legal, destinado a garantir a integridade do capital. Essa dedução deixará de ser obrigatória logo que o fundo de reserva atingir 20% (vinte por cento) do capital social, que será reintegrado quando sofrer diminuição; b) o exigido em lei para constituição do Fundo de Garantia de Retrocessões; c) o necessário para distribuição de dividendos aos acionistas, por determinação da Assembleia Geral, mediante proposta da Diretoria, ouvido o Conselho Fiscal; d) até 20% (vinte por cento) para gratificações aos Diretores, de acordo com a sua deliberação em conjunto, e aos empregados de maior merecimento, a juízo da Diretoria, não cabendo percentagem alguma, sempre que não tenha havido distribuição aos acionistas de um dividendo a razão de 6% (seis por cento) ao ano, no mínimo; e) 5% (cinco por cento) para a Reserva de Previdência, destinada a suprir possíveis deficiências das reservas exigidas pela legislação de seguros; f) o restante será levado a Reserva Suplementar destinada a atender eventuais prejuízos, amortizar verbas do ativo e conceder bonificações aos acionistas a critério da Assembleia Geral.

Parágrafo único — Reverterão em favor da Sociedade e serão levados a crédito de lucros e perdas os dividendos prescritos na forma da lei. Capítulo VII — Disposições Gerais — Artigo Vigésimo Sétimo — O estatuto financeiro da Sociedade compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro. Certos das ações dos Senhores Acionistas para as suas ações apresentadas, resolvemos submeter a presente proposta de deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, para este fim convocada, depois de ouvido o Conselho Fiscal, Recife, 10 de outubro de 1962, as: João Pessoa de Queiroz — Diretor Presidente, — Arthur Orlando de Andrade Bezerra — Diretor Gerente, Gustavo Dias Lins — Diretor Secretário, — Paulo do Conselho Fiscal. O Conselho Fiscal da Seguradora Indústria e Comércio S. A., por seus membros abaixo assinados, reunidos consoante as extensões legais, na sede social, a Avenida Guararapes, nº 50 — 7º andar, na cidade do Recife, capital do Estado de Pernambuco, tomando por fundamento conhecimento da proposta da Diretoria que objetiva o aumento do capital social, de Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) para Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), mediante o aproveitamento da reavaliação de parte do ativo imobiliário e da incorporação das reservas tributadas, assim como a criação do cargo de Diretor Superintendente e reforma dos estatutos sociais, resolve dar sua aprovação as referidas medidas, por achá-las condizentes com os interesses da Sociedade, recomendando, assim, a sua aprovação pela Assembleia Geral Extraordinária. Recife, 11 de outubro de 1962, as: Ernesto Odenheimer, Osvaldo Jacobina de Figueiredo e Fritz Drechsler. A seguir, passaram os Senhores Acionistas a examinar e discutir as sugestões da Diretoria, a nova redação dos Estatutos Sociais, bem como a correção dos valores imobilizados. Submetida a matéria à votação, verificou-se plena aprovação, por unanimidade, inclusive sobre a nova redação dada aos Estatutos Sociais. Ainda, por proposta do Acionista, Senhor Osvaldo Jacobina de Figueiredo, que foi unanimemente aprovada, ficou a Diretoria autorizada a promover os atos necessários à aprovação, por parte dos órgãos governamentais competentes, das decisões tomadas nesta Assembleia. Em seguida, o Sr. Presidente da mesa suspendeu a sessão para que fosse procedida a votação do novo Diretor, até ao fim do mandato da atual diretoria, o que foi feito, tendo-se apurado a escolha, por unanimidade, do Acionista, Dr. Luiz Dias Lins, brasileiro, Engenheiro, residente no Engenho Sapucahy, Município de Escada, neste Estado de Pernambuco. O Senhor Presidente, depois de agradecer a colaboração de todos e a boa ordem dos entendimentos havidos, deu a palavra a quem desejasse abordar qualquer assunto de interesse social e, como ninguém dela quisesse usar, declarou encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por mim, primeiro secretário, pelo Senhor Presidente da mesa e demais acionistas presentes, ass.: Agadir José Bastos do Farias, João Pessoa de Queiroz, Ernesto Odenheimer, Luiz Dias Lins, Arthur Orlando de Andrade Bezerra, Gustavo Dias Lins, Maria Dias Lins, Joaquim Moreira do Rêgo Barros, Romeu Valente de Queiroz, Clotilde Lins de Andrade Bezerra, Afonso de Albuquerque, Werner Drechsler, Guilherme Marques, Osvaldo Jacobina de Figueiredo, Fritz Drechsler.

Declaramos que a presente é cópia fiel da Ata registrada no respectivo Livro da Sociedade. — Recife, 22 de outubro de 1962. — Seguradora Indústria e Comércio S. A. — Arthur Orlando de Andrade Bezerra, Diretor Gerente.

SEGURODORA INDUSTRIA E COMERCIO S. A.
Demonstrativo da Realização disponível, para aumento de Capital, do ano 1962
Local: Avenida Guararapes n.º 50 — Recife

Construção do Edifício Seguradora, em condomínio com a Seguradora Ind. e Comércio S. A.										
Edificação	Data	Custo	5/8 Parte desta Sociedade	Coeficientes de avaliação em 1962	Reavaliação em 1962	Valorização em 1962	Valorização Capitalizada em 1959	Valorização disponível em 1962		
Total — concluído em:	1946	5.900.000,00	3.687.500,00	5,46	20.133.750,00	16.446.250,00	7.500.000,00	1.946.250,00		
1.ª Ampliação concluída em:	1950	3.472.193,90	2.138.871,20	4,03	8.619.650,90	6.480.779,10		6.480.779,10		
2.ª Ampliação concluída em:	1952	2.077.806,10	1.298.625,00	3,38	4.389.365,30	3.090.735,50		3.090.735,50		
Total		11.400.000,00	7.125.000,00		33.142.766,20	26.017.766,20	7.500.000,00	13.517.765,20		

Valorização agora aplicada no aumento do capital — Cr\$ 18.500.000,00
Imposto de Renda, por efeito do aumento do capital
 pela reavaliação do Ativo — 10% sobre Cr\$ 18.500.000,00 a ser recolhido em 12 parcelas mensais de Cr\$ 154.166,70 — Cr\$ 1.850.000,00
 pela incorporação de Reservas — 15% sobre Cr\$ 1.500.300,00 a ser recolhido em 10 parcelas mensais de Cr\$ 22.500,00 — Cr\$ 225.000,00
 Total do Tributo a receber — Cr\$ 2.075.000,00

Arthur Orlando de Andrade Bessera, Diretor-geral

Cr\$ 40.215 — 26-12-63 — Cr\$ 15.912,00